

LIBRO DE ACTAS

XIII CONGRESO  
INTERNACIONAL  
**IBERCOM**  
COMUNICACIÓN,  
CULTURA E ESFERAS  
DE PODER

29,30 E 31 DE MAIO FACULTADE DE CIENCIAS DA COMUNICACIÓN  
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA





Libro de Actas. XIII Congreso Internacional Ibercom / Margarita Ledo Andión, María Inmacolata Vassallo de Lopes. Santiago de Compostela: IBERCOM, AssIBERCOM, AGACOM, 2013. 3866 p.

ISBN: 978-84-695-7564-2

1.XIII Congreso Internacional Ibercom- 2. Comunicación- 3. Cultura- 4. Esferas de poder.

Editoras:

Margarita Ledo Andión e María Inmacolata Vassallo de Lopes

Editores técnicos:

Xosé Pereira Fariña, Carlos Toural Bran

Edita:

AssIBERCOM / AGACOM

ISBN:

978-84-695-7564-2

Colaboran:



XIII Congreso Internacional IBERCOM  
Comunicación, Cultura e Esferas de Poder

Santiago de Compostela, 29, 30 e 31 de maio de 2013

### **Comité organizador**

Margarita Ledo Andión (Universidade de Santiago de Compostela)  
Presidenta

Xosé López García (Universidade de Santiago de Compostela)  
Secretario

Xosé Ramón Pousa (Universidade de Santiago de Compostela)  
Secretaría Técnica

### **Vogais**

Ana Isabel Rodríguez (Universidade de Santiago de Compostela)  
Emma Torres Romay (Universidade de Vigo)  
Amanda Paz (Universidade de Santiago de Compostela)  
María Salgueiro (Universidade de Santiago de Compostela)  
Francisco Campos Freire (Universidade de Santiago de Compostela)  
Xosé Soengas (Universidade de Santiago de Compostela)  
Xosé Pereira (Universidade de Santiago de Compostela)  
Juan Manuel Corbacho Valencia (Universidade de Vigo)  
Carmen Costa (Universidade de A Coruña)  
Silvia Garía Mirón (Universidade de Vigo)  
José Videla (Universidade de A Coruña)  
Xosé Rúas Araújo (Universidade de Vigo)  
Valentín Alejandro Martínez (Universidade de A Coruña)  
Marcelo Martínez Hermida (Universidade de Santiago de Compostela)  
Mónica Valderrama (Universidade de Vigo)  
Miguel Túniz López (Universidade de Santiago de Compostela)  
Marta Pérez Pereiro ((Universidade de Santiago de Compostela)

## **Comité Científico**

António Holdfeld, Presidente INTERCOM (Brasil)  
Carlos Arroyo, Vice-Presidente AssIBERCOM (Bolivia)  
César Siqueira Bolaño, Presidente ALAIC  
Clemencia Rodríguez (Colombia)  
Emma Torres, UViço (Galicia)  
Enrique Bustamante, Vicepresidente AE-IC, AssIBERCOM (España)  
Enrique Sánchez, AssIBERCOM (México)  
Francisco Sierra, Vicepresidente CONFIBERCOM  
Gabriel Kaplún, Universidad de la República (Uruguay)  
Gustavo Cimadevilla, AssIBERCOM (Argentina)  
Immacolata Vassallo, Presidenta AssIBERCOM (Brasil)  
Ingrid Steinbach, AssIBERCOM (Bolivia)  
José Marques de Melo, Presidente de SOCICOM (Brasil)  
Kaarle Nordesnstreng, U. Tampere (Finlandia)  
Lucia Castellón, AssIBERCOM (Chile)  
Luis Humberto Marcos, Secretario Xeral AssIBERCOM (Portugal)  
Margarida M. Krohling Kunsch, Vicepresidenta AssIBERCOM (Brasil)  
Margarita Ledo Andión, Vicepresidenta AssIBERCOM, Presidenta AGACOM (Galicia)  
Miquel de Moragas, Presidente AE-IC  
Moisés de Lemos Martins, Pres. CONFIBERCOM, Pres. de SOPCOM (Portugal)  
Rosa Franquet Calvet, Presidenta Societat Catalana de Comunicació (Catalunya)  
Ulla Carlsson, Presidenta NORDICOM  
Xosé López García, Secretario AGACOM (Galicia)  
Xosé Soengas Pérez, USC (Galicia)

## **O comportamento dos censores ao teatro perante uma obra de Tirso de Molina: as Quinas de Portugal**

Ana Cabrera

Centro de Investigação Media e Jornalismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

[anacabrera@fcsb.unl.pt](mailto:anacabrera@fcsb.unl.pt)

### **1. O salazarismo e a situação de Portugal nos anos 60**

Os anos 60 correspondem ao início do declínio do salazarismo. Vários fatores contribuíram para a situação. As presidenciais de 1958 marcam um impacto na vida política do país. Nunca até então um candidato contra o regime tinha afrontado diretamente Salazar. Humberto Delgado reúne toda a oposição, recolheu tumultuoso apoio popular, fez declarações públicas estrondosas e correu o país de norte a sul numa intensa campanha eleitoral, completamente desconcertante para o regime. A mascarada eleitoral colocou Américo Tomaz na Presidência, mas simultaneamente, assinala o fim das eleições presidenciais, em resultado de uma alteração na Constituição que cria um colégio eleitoral para o efeito (Rosas:1994;1990)

O recrudescimento da agitação e da contestação ao regime vão-se também sucedendo na década de sessenta. A população portuguesa estava a mudar. A emigração sofreu uma enorme aceleração num período curto. Em quinze anos (1960 a 1974) um milhão e meio de portugueses emigrou para a Europa (França como primeiro destino, depois Alemanha e Luxemburgo) e, num contingente mais reduzido prossegue a demanda das Américas (Barreto, 2000).

Quanto ao grau de instrução nos anos sessenta 40% da população não sabia ler nem escrever. O Regime contava com esta situação já que os processos de censura tinham em conta os destinatários e o seu nível cultural. Isso é muito visível na distinção que os censores faziam se a peça de teatro, por exemplo se destinava ao grande público, ou a digressões o rigor aumentava, se os destinatários eram elites, como é o caso dos espetadores das salas “Estúdio”, ou dos “Teatros Experimentais”, os critérios eram mais largos, mas, em contrapartida ficavam proibidas as digressões.

O início da guerra colonial representou uma ofensiva num dos pilares do salazarismo. O primeiro grande abalo deu-se em dezembro de 1961 quando a União Indiana invadia os territórios de Goa, Damão e Diu. Salazar nunca reconheceu a soberania indiana naqueles territórios que se mantinham representados na Assembleia Nacional.

Mas as movimentações nos fóruns internacionais indicavam que se tratava do início da luta contra o colonialismo português. A política externa portuguesa permanecia implacável face às decisões da ONU. A rebelião no norte de Angola, com início em 15 de Março de 1961, conduzia a mortes sobre civis. Salazar determinou “para

Angola rapidamente e em força". Esta guerra, depois alargada à Guiné e a Moçambique, obrigou a um reforço dos meios militares e a um recrutamento de contingente de tropas que integravam, obrigatoriamente todos os jovens do sexo masculino com mais de 18 anos. Esta guerra veio a ser a lenta agonia do regime que se prolongará até ao 25 de Abril de 1974.

Uma série de acontecimentos evidenciaram a debilidade do regime e demonstraram como a conspiração se fazia também do lado de dentro. É o caso do assalto ao Santa Maria,<sup>1</sup> a Abrilada,<sup>2</sup> o assalto ao quartel de Beja<sup>3</sup> e o início da crise académica de Março de 1962. As crises académicas vão ser persistentes ao longo da década e vão reunindo diversas correntes ideológicas, diversas reivindicações e lideranças. A radicalização das lutas sociais não se circunscrevia à academia, operários das zonas industriais de Lisboa, Porto e Setúbal, assalariados agrícolas e envolvem-se em diversas lutas e manifestações.

Toda a conjuntura explica o recrudescimento da resposta repressiva do regime. A PIDE reforça a sua atenção e procura os líderes da agitação, multiplica a supervisão sobre os portugueses através de todo o aparelho repressivo, prisões, funcionamento do Tribunal Pleniário. É justamente por isso que o aparelho censório que atuava sobre a imprensa, teatro, cinema, livros e traduções refina os seus procedimentos. O teatro foi penalizado com uma censura muito mais violenta e sistemática.

## **2. O recrudescimento dos processos de censura ao teatro durante os anos 60**

Todos os espetáculos eram sujeitos à censura prévia. Os censores liam as obras e aprovavam, reprovavam ou aprovavam com cortes. As peças reprovadas ficavam interditas a qualquer representação em todo o território nacional.

As obras teatrais, quando aprovadas, eram ainda sujeitas a um outro escrutínio: o ensaio geral. Este era obrigatoriamente supervisionado pelos mesmos censores que tinham lido a peça. Neste ensaio geral, a observação dos censores centrava-se no texto, para verificarem se os cortes eram respeitados, nos cenários, para assegurar que todos os elementos eram apropriados e nos adereços e figurinos que deviam respeitar a "moral e a decência". Na verdade, o ensaio supervisionava, se a criatividade dos encenadores e atores, não tinham dado outros sentidos ao texto, como forma de contornar as proibições da censura.

---

<sup>1</sup> O paquete Santa Maria foi tomado de assalto na madrugada de 22 de Janeiro de 1961 quando navegava nas Caraíbas. Vinte operacionais, dirigidos por Henrique Galvão, apoderam-se dos comandos do navio sequestrando os passageiros, que só serão libertados a 2 de Fevereiro.

<sup>2</sup> Golpe de Estado liderado por Júlio Botelho Monteiro, ministro da Defesa e figura importante na hierarquia militar, que decorreu entre 11 e 13 de Abril de 1961. O objectivo da movimentação era derrubar Salazar, liberalizar e modernizar o país.

<sup>3</sup> Foi na madrugada de 1 de Janeiro de 1962 que oficiais apoiantes de Humberto Delgado liderados por Varela Gomes, activistas da Juventude Operária Católica liderados por Manuel Serra e militantes do Partido Comunista Português à revelia da posição partidária, resolvem, com o apoio de Delgado entrado clandestinamente no país para liderar a acção, com o objectivo para derrubar Salazar.

Por isso, o Inspetor-Geral dos Teatros e os funcionários seus delegados tinham livre acesso a qualquer espetáculo, em qualquer altura. Para que não restassem dúvidas quanto ao seu poder, estes funcionários tinham direito ao uso e porte de arma quando em serviço de fiscalização.

Estes processos são os que se mantêm inalterados ao longo de todo o Estado Novo. Outros, sobretudo os critérios da atuação dos censores, foram sendo alterados, umas vezes aplicando maior rigor, outras usando um critério mais amplo (Cabrera, 2013, 2010, 2009, 2008)

Uma das primeiras medidas tomadas logo no início dos anos 60 foi a alteração do presidente da Comissão. Então Eurico Serra dá lugar a Quesada Pastor, que mesmo antes da tomada de posse expôs os seus critérios e afirmou ser,

“conhecedor da espinhosa missão de que está incumbida esta Comissão, exprimia o desejo de que lhe sejam postas todas as dúvidas que possam vir a surgir, porquanto, disse, estando dentro do pensamento do Governo, mais facilmente lhe será resolvê-las de acordo com as directrizes superiores.” (*Acta da Comissão de Censura* de 29 de Março de 1960- 139, Livro 10)

Quando inquirido acerca da bitola utilizada até à altura Quesada Pastor dá uma resposta clara:

“Em resumo e respondendo directamente: a “bitola” tem de ser reduzida.” (*Acta da Comissão de Censura* de 29 de Março de 1960- 139, Livro 10)

A lei que rege a ação da censura é publicada em 1959<sup>4</sup>: promulga a reforma do regime jurídico dos espetáculos e divertimentos públicos. Refere a multiplicidade de diplomas que regulam a matéria e as dificuldades de consulta, as contradições, a dispersão de regulamentos.

Segundo o diploma: “O teatro não é um simples divertimento. Pelo contrário: é um valioso instrumento de cultura, um poderoso meio de expressão das manifestações artísticas nacionais e até um padrão vivo da nossa língua.”<sup>5</sup> Na verdade esta é uma forma menos ideológica de enquadrar e pensar o teatro. A lei também refere os laços especiais que unem Portugal e o Brasil e a cedência de “especiais facilidades à companhias brasileiras que nos visitam em regime de reciprocidade, como meio de fomentar o intercâmbio cultural entre os dois países”<sup>6</sup>

Matem-se em vigor as regras e normas definidas pelo diploma de 1957. Ainda assim a classificação por idades vai levantar alguns problemas.

<sup>4</sup> Decreto-lei n.º 42660 de 20 de Novembro de 1959.

<sup>5</sup> Decreto-lei n.º 42660 de 20 de Novembro de 1959. 8.

<sup>6</sup> Decreto-lei n.º 42660 de 20 de Novembro de 1959. 9.



*Quadro I: Classificação por idades*

- |  |
|--|
| 1º Espectáculos "para crianças"          |
| 2º Espectáculos "para todos";            |
| 3º Espectáculos para maiores de 12 anos; |
| 4º Espectáculos para adultos             |

*Fonte: Decreto-lei n.º 41051 de 1 de Abril de 1957, Artigo 1.º*

A questão fundamental que se criticava na Comissão era a classificação dos espetáculos para adolescentes, vários censores pronunciaram-se no sentido da classificação para maiores de doze anos devia ser alterada para maiores de catorze anos.

Caetano Carvalho a braços com os protestos sobre a peça a "Menina Júlia" levada à cena no teatro D. Maria II, pela companhia Amélia Rey Colaço - Robles Monteiro colocou também "o problema da posição da Comissão em relação ao teatro declamado e ao desrespeito pelas determinações estabelecidas, associadas à dificuldade de fiscalização".

Quesada Pastor afirmou:

"muito em breve a Inspeção dos Espectáculos será dotada de meios para exercer essa fiscalização, por forma a permitir que as decisões da Comissão se façam cumprir prontamente e com firmeza." Afirma também que os vogais devem assistir às peças, pois são quem melhor as pode fiscalizar.

Referiu ainda a conveniência de, no futuro, não serem mais permitidos nas revistas os chistes clara ou subrepticamente atentatórios dos princípios do regime político vigente, ou das personalidades que o corporizam." (*Acta da Comissão de Censura* de 29 de Março de 1960- 139, Livro 10)

Nesta altura a comissão tinha a seguinte composição:

**Quadro II Composição da Comissão de Exame e Classificação de Espetáculos 60/68**

Presidente	Vice-Presidente	Vogais
Diretor-Geral da Cultura Popular e Espectáculos Dr. Eurico Serra Dr. José Fernando Quesada Pastor nomeado em 22	Coronel Óscar de Freitas (Inspetor chefe dos Espectáculos). Esteve à frente da inspeção dos espetáculos	Dona Mafalda de Castro Vaz Pinto Dr. Manuel Alambre dos Santos Dr. António Pedroso de Almeida Dr. Pinto Leónidas Dr. Alves Pereira

de Março de 1960 como novo presidente da Comissão. Sai em 28 de Julho de 1965	desde 1929. Sai em Abril de 1962 por ter atingido o limite de idade. João Duque	Dr. Simão Gonçalves Dr. Luis Forjaz Trigueiro/Brançamp Sobral Dr. Cortês Pinto Dr. Cordeiro Blanco
Dr. Rui Pereira Alvim foi nomeado diretor dos Serviços de Censura em 8 de Setembro de 1965 Dr. Barbieri Cardoso foi nomeado Presidente da Comissão em 12 de Janeiro de 1966	entra como vice- presidente em 27 de Janeiro de 1963.	Dr. Tavares de Carvalho Dr. Caetano Carvalho Tenente Coronel Luiz Soares de Oliveira Dr. Bento Mendonça Cabral Parreira do Amaral Dr. Albino Rodrigues Pinto Fernandes Dr. Clemente Rogerio Dr. Enes Dias Padre Dr. Gustavo de Almeida Dr. Dinis da Fonseca Dr. Serras Pereira

Fonte: Actas da Comissão de Censura entre 1960/68

Nesta fase de reforço das medidas repressivas, os censores passam a ter uma atenção especial em relação à forma como são tratadas determinadas figuras históricas. Neste sentido o vogal Caetano Carvalho alerta para a situação da peça “D. Leonor Teles” e sugere que

*convinha efectuar alguns cortes e suprimir certos gestos menos correctos que porventura possam diminuir aos olhos do público o facto histórico ou as figuras de que se ocupa essa obra de teatro. Julgo mesmo que deverá ser motivo de preocupação da Comissão evitar a todo o transe que representações de peças desse género possam induzir os espectadores em interpretações erróneas. (Acta da Comissão de Censura de 5 de Abril de 1960- 140, Livro 10)*

Um outro género teatral de variedades que é a *revista à portuguesa* teve, também, por parte da comissão uma grande atenção. É o próprio presidente que propõe à Comissão a definição de critérios de uniformidade e um número fixo de vogais que se especializassem neste género teatral. Destacou então Alambre dos Santos, Tavares de Carvalho, Parreira do Amaral e Tenente-Coronel Soares de Oliveira que se confinaram à exclusiva função de censura às revistas. (Acta da Comissão de Censura de 11 de Outubro de 1960- 164, Livro 10)

Os espetáculos de cabarets classificados para maiores de 21 anos foram também alvo de recomendações especiais:

*Em todo e qualquer espectáculo ou divertimento público realizado em recintos classificados para maiores de 21 anos, é absolutamente proibido: 1. Strip-tease; 2. Exibição de nu integral; 3. Quaisquer atitudes pornográficas por parte dos artistas no desempenho dos respectivos números. (Acta da Comissão de Censura de 15 de Março de 1961- 189, Livro 10)*

O presidente determina também que a Comissão passe a funcionar em grupos de três vogais que devem reunir todos os dias da semana, menos à quarta-feira, dia destinado à reunião plenária da Comissão. Também é determinado que sempre as peças sejam reprovadas pelo vogal responsável pela sua leitura, os processos respetivos serão apresentados ao presidente que analisará a necessidade de um novo exame. (Acta da Comissão de Censura de 29 de Março e de 5 de Abril de 1961- 191/193, Livro 10).

O desrespeito pela lei de admissão de menores aos espetáculos públicos é também objeto de reparos pela Comissão de Censura que solicita a colaboração da PSP e GNR, bem como as visitas de inspeção aos recintos que são reforçadas.

Há também por parte da Comissão uma supervisão sobre os jornais considerando as referencias, nas suas páginas a filmes ou peças proibidas pela censura. O Presidente pede mesmo que sejam tomadas diligências necessárias para que tal não se volte a verificar. (Acta da Comissão de Censura de 16 de Agosto de 1961- 211, Livro 10).

A este propósito o vogal Alves Pereira interroga-se porque é que “a censura à imprensa tem deixado passar várias vezes críticas à Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos, bem como uma relação das peças reprovadas e os seus fundamentos desde 1961.” (Acta da Comissão de Censura de 7 de Março de 1962- 239, Livro 10).

Os atores, encenadores e empresários reagiram com várias formas de pressão, patentes nas fugas de informação que apareciam nos jornais, nomeadamente no Diário Popular e Diário de Lisboa e que a censura à imprensa não conseguia controlar.

Diversos indicadores comprovam a dureza a ação dos censores: a intervenção direta do presidente e vice presidente da comissão, indicações sobre medidas repressivas e conversas intimidatórias com empresários e atores, a presença constante nas representações das peças e revistas mais polémicas, presença nos teatros do presidente e vice presidente, constantes orientações acerca de procedimentos, suspensão de quadros, identificação das peças e revistas que só deviam ser representadas em Lisboa e no Porto, as revistas com chalaças grosseiras deviam acabar. Estes são alguns exemplos destes procedimentos:

*O Vice-Presidente informou que "segundo lhe havia constado, o acto [sic] Francisco Nicholson durante a representação do número "Congresso de Vigaristas", da revista "Bikini", tinha dado uma entoação à voz por forma a identificá-la com a de uma determinada individualidade. O Senhor Inspector-Chefe dos Espectáculos, a fim de por ponto final ao assunto ordenou a um Sub-Inspector que se dirigisse imediatamente ao teatro ABC com a incumbência de notificar o empresário José Miguel e o referido actor de que o número em causa não deveria ser representado com qualquer entoação especial. (Acta da Comissão de Censura de 14 de Agosto de 1963-314, Livro 10)*

*Em continuação o senhor Vice-Presidente informou que o empresário Vasco Morgado, em cumprimento de determinação da Inspeção dos Espectáculos, havia mandado sobrepôr um outro cartaz àquele que representava uma mulher em "bikini", por forma a encobrir na quasi totalidade o "bikini" a que se faz referência. (Acta da Comissão de Censura de 28 de Agosto de 1963-316, Livro 10)*

No ano de 1963 ficou mesmo determinado pelo presidente da Comissão que todas as peças, consideradas "marginais" e autorizadas em tempos anteriores deviam novamente ser analisadas. Também se depreende da leitura das "Actas da Comissão de Censura" que muitas das decisões são tratadas fora daquelas reuniões, noutros locais de decisão e com outros decisores. É também notória o nervosismo dos censores pelas constantes críticas à sua atuação, quer em locais públicos, quer na imprensa. É também nesta altura que os censores levantam problemas em relação à tradução das peças, nomeadamente de Shakespear.

Na verdade os anos 60 até 1968 foram caracterizados por um reforço da supervisão da censura, aplicação de critérios muito exigentes, obediência a princípios ideológicos, proibição de todas as peças que evocassem a guerra e os seus malefícios, bem como todas as que tivessem intenções pacifistas. A guerra colonial impunha determinadas normas censórias que se associavam aos aspetos de natureza moral (o comprimento das saias, o excesso de maquiagem, partes do corpo descobertas, amores "ilícitos" como aqueles fora do casamento, referências a questões sexual), de natureza religiosa, social (descontentamentos, tumultos, contestação), para além da falta de respeito às figuras da história de Portugal. Nestas circunstâncias os censores propõe alterações aos textos, mudam os títulos das peças, eliminam personagens, corrigem diálogos, intervêm nos cenários, na coreografia, na guarda roupa, na maquilhagem, nos gestos e tom de voz de atores e atrizes.

Por isso tanto são proibidas peças como *Andorra* de Max Fisch (Acta da Comissão de Censura de 13 de Janeiro de 1965- Livro 12), onde a narrativa refere a perseguição aos judeus e a revolta social contra o preconceito que conduz a estereótipos como o

*bode expiatório*. Como também pode ser considerado impróprio e portanto proibido o título “Canja com miúdas” pela sugestão de confraternização sexual. (*Acta da Comissão de Censura* de 13 de Janeiro de 1965- Livro 12)

O presidente da Comissão, Quesada Pastor, não tem dúvidas de que “uma peça que é de um autor comunista, nunca pode ser uma peça inocente, porque o autor não fará arte pela arte, mas terá sempre certamente em vista outros fins – o que implica a necessidade de redobrada atenção para tais casos”. (*Acta da Comissão de Censura* de 17 de Fevereiro de 1965- Livro 12)

A comissão entrou num processo de delírio repressivo e excesso de zelo: peças como *o Jardim das cerejas* de Anton Tchecov eram sucessivamente reapreciadas por um número cada vez maior de censores; *Júlio César* de William Shakespeare, *El comprador de Horas*, uma comédia em três atos de Jacques Deval, *Bruscamente no Verão passado* de Tennessee Williams, são proibidas por não ser possível extirpar-lhe os inconvenientes fundamentais com vista à aprovação (*Acta da Comissão de Censura* de 24 de Março de 1965- Livro 12).

### **3. As Quinas de Portugal de Tirso de Molina e a censura**

*As Quinas de Portugal* é uma comédia de um importante autor espanhol do século XVII – Tirso de Molina. Organizada em três atos terá sido escrita em 1638, dois anos antes da restauração da independência portuguesa. O pedido de autorização para ser apresentada na RTP deu entrada na Inspeção dos Espectáculos, em quatro de março de 1968 e foi reprovada vinte e quatro dias mais tarde. (PT-TT-SNI DGE Processo N.º18629)

A questão que se nos coloca é a de compreender quais foram os argumentos manifestos utilizados pelos censores para justificar a proibição e quais foram os fundamentos que, embora ocultos, tiveram um peso significativo naquela decisão.

A comédia passa-se no tempo da reconquista cristã e relata algumas batalhas onde, umas vezes eram os cristãos vencedores, outras eram os mouros que tiravam vantagem. Várias peripécias burlescas envolvem, ao longo de três atos, personagens como Afonso Henriques, Egas Moniz, Geraldo, Gonçalo, Pedro e umas damas, Ismael que simboliza o poder muçulmano e uma outra personagem engraçada e cômica, Brito, que está sempre presente e vai sofrendo mudanças de personalidade.

Brito, que é quem tem mais falas em toda a comédia, apresenta-se no início como um pastor ignorante e bronco; encarna depois a personagem de um mouro cheio de humor e, finalmente, aparece como um cómico soldado das tropas vencedoras de Afonso Henriques (Roig:2006). Brito é a personagem simbólica do processo de reconquista cristã e muçulmana dado que se posiciona conforme os avanços e recuso das tropas em litígio.

O processo foi distribuído ao censor Antônio Batalha Ribeiro e a outro vogal da Comissão cujo nome não é legível. No primeiro e no segundo relatório lê-se:

*Relatório 1 - Li a peça. Deve ser lida por outro vogal. Julgo resultar num espectáculo na TV sem o mínimo de decoro que envolve figuras da história pátria." Batalha Ribeiro*

*Relatório 2 - Julgo que não é de autorizar esta peça para televisão. Além dos receios manifestados pelo Exmo vogal que me antecedeu na leitura, certos aspectos serão completamente ininteligíveis pelo grande público e outros chocantes no plano moral. Por outro lado não me pareceu oportuno, neste momento, fazer reviver nos termos em que se faz na peça, a luta contra os mouros. Assinatura ilegível (PT-TT-SNI DGE Processo N.º18629)*

O primeiro vogal usa a palavra decoro no sentido de compostura, comedimento e até honestidade, para qualificar a obra em geral e, seguidamente, tropeça no envolvimento "das figuras da história Pátria". É que o Estado Novo sempre usou determinadas figuras históricas como agentes simbólicos e modelos idealizados cujo exemplo devia ser seguido. Ao mesmo tempo que essas figuras são usadas como reserva identitária do carácter, da força, raça e tenacidade que são o exemplo do perfil idealizado do homem português e dos modelos de virtude para a juventude. O Estado Novo favorecia uma história de Portugal oficial feita de heróis, atos celebres, de grandes figuras e grandes acontecimentos. Uma história ideológica construída com vista a legitimar o momento e justificar e apontar os caminhos do futuro.

A desconsideração para com as figuras históricas era um ilícito intolerável tanto mais que se tratava dos "fundadores da nacionalidade" e dos grandes exemplos a seguir pela juventude.

Esta passagem refere-se justamente à ponderação dos companheiros de Afonso Henriques face aos perigos que são esperados no grande confronto que será a batalha de Ourique.

(Fala Gonzalo a Afonso Henriques)

Gran señor: temeridades  
Que traen consigo imposibles  
Causam desaires terribles  
Y anuncian adversidades.  
Cinco ejércitos están  
a nuestra vista de infieles;  
contra tantos, ¿qué laureles  
trece mill conseguirán?  
De ducientos y cincuenta

mill moros consta el blasfemo  
campo que, de extremo a extremo,  
sumas que agotan su cuenta  
cubren valles y collados,  
como nosotros nacidos  
en nuestra España, escogidos  
y en guerra experimentados.  
Veinte mill moros le toca  
a cada cual portugués,  
que aunque de manos y pies  
se les atara, a la poca  
gente que la cruz ampara  
de tus leales vasallos,  
solo para degollarlos  
tiempo y manos nos faltara.  
Extiende, señor, los ojos  
por los campos, verás olas  
moriscas más que amapolas,  
llenos de bonetes rojos.  
Tentar a Dios no es cordura;  
acometer, perdición;  
morir, desesperación;  
buscar milagros, locura.  
Todo tu ejército pierde  
el ánimo, y no me espanto,  
porque entre bárbaro tanto,  
que agosta su sitio verde,  
cuando cada moro arroje  
sola una flecha no más,  
¿cómo resistir podrás  
docientas mill? No te enoje,  
pues pides mi parecer,  
que mi lealtad te aconseje  
que aquesta empresa se deje,  
pues a veces suele ser  
más valor el retirarse  
que alcanzar muchas victorias.  
*Las Quinas de Portugal, Ato III 1580-1620*

No segundo parecer o censor corrobora inteiramente a opinião do seu colega e acrescenta que o grande público (refere-se ao público de televisão) não ia compreender a peça. Os censores viam os portugueses em geral como pessoas simples e de fraca inteligência. Mas refere também que havia aspetos chocantes do ponto de vista moral, muito provavelmente referia-se ao fato de Ismael, o mouro, ter raptado Leonor, amante de Egas Moniz. Mas também à forma como Brito se vai posicionando ao longo da peça - pastor, mouro, homem de Afonso Henriques – enfim um percurso itinerante do ponto de vista religioso, de manifesta falta de fé, mas comum à realidade de uma época onde os avanços e recuos no território Ibérico eram frequentes e os camponeses não mais faziam do que se acolher junto dos novos senhores.

O excerto do III Ato acima transcrito refere-se ao conselho dado por Gonçalo Mendes da Maia, conhecido como o “Lidador”, um dos mais importantes companheiro de armas, sempre presente ao lado de Afonso Henriques. Gonçalo faz avisos sérios acerca dos grandes perigos que esperam os portugueses na luta contra o enorme exército de muçulmanos, bem armados e mobilizados para a defesa do seu território.

Esta ação desmobilizadora que apresenta a pequenez do exército português face ao muçulmano, cheio de recursos, exorta a situação do passado que, aos olhos do segundo censor, é interpretado como uma metáfora do presente: a guerra colonial que Portugal vivia, a forte influência muçulmana em África, o desanimo face a isolamento de Portugal já que todos os fóruns internacionais se tinham manifestado contra a guerra e pela independência das colónias portuguesas. Salazar, como Afonso Henriques, estava sozinho mas o desfecho seria, como foi outro, desta guerra não haveria vitória para os portugueses. O ano de 1968, altura em que esta peça é proibida, estava já bem delimitada a força, o poder e a organização bélica do PAIGC, o que significa que a guerra na Guiné estava perdida.

Por isso a parte da peça onde Cristo fala a Afonso, o chamado milagre de Ourique, aparece como mais um episódio burlesco, uma sátira à realidade, já que a Afonso Henriques Cristo anuncia a vitória, a coroa de Portugal e o novo brasão de armas para o seu reino:

(Cristo fala a Afonso)  
Afonso, alabo tu celo,  
agradezco tus servicios,  
tus afectos me enamoran,  
finezas tuyas estimo;  
no disminuyo tu fee,  
que el haberte aparecido  
en la Cruz corporalmente  
es porque, habiéndome visto,  
te fervorice mi amor  
tú y tu gente, ya animosa,



postréis a mis enemigos.  
Buscarante tus vasallos,  
si con temor al principio,  
ya por mí de esfuerzo llenos,  
porque en sus pechos asisto.  
Su rey han de coronarte  
de Portugal; mis auxilios  
son impulsos de esta acción,  
no procures resistirlos.  
Las armas que a Lusitania  
otorga mi amor propicio,  
en cinco escudos celestes  
han de ser mis llagas cinco;  
en forma de cruz se pongan,  
y con ellas, en distinto  
campo, los treinta dineros  
con que el pueblo fementido  
me compró al avaro ingrato,  
que después, en otro siglo,  
tu escudo, con el Argarve,  
se orlará de sus castillos.  
(Desclava la mano diestra y dale la bandera con las armas que ha de traer  
uno de los ángeles.)  
Yo te las doy de mi mano,  
yo con mi sangre te animo,  
yo tu estandarte enarbolo,  
yo victorioso te afirmo.  
¡Alfonso, al arma!, debela  
a un tiempo alarbes y vicios.  
Reinarás en Lusitania,  
y eterno después conmigo.  
*Las Quinas de Portugal, Ato III 1930-1960*

Este monólogo onde Cristo entrega a Afonso Henriques a independência de Portugal e o respetivo brasão de armas é mais um ato atentatório da historiografia oficial do Estado Novo porque esta peça é escrita justamente numa altura em que o reino de Portugal se diluía na grande Espanha, pela união dinásticas filipina. Assim, a evocação da conversa divina torna-se burlesca, cômica e ridiculariza os portugueses à beira de perderem o império.

Assim, o endurecimento da guerra colonial neste ano de 1968, era acompanhado por um rigor acrescido a tudo o que a ela disse respeito nas artes cénicas e cinéfilas. Ao ponto de a palavra “guerra” ser uma palavra proibida, assim como eram proibidas peças e teatro ou filmes pacifistas.

Há no entanto um outro aspeto que está presente na decisão dos censores: as relações entre Portugal e Espanha. Aparentemente eram as melhores, já que havia proximidade ideológica, mas, um enorme afastamento quanto à questão colonial. A entrada da Espanha na ONU fez com que esta deixasse de necessitar de Portugal. Paralelamente, entre 1955 e sobretudo a partir da remodelação do governo em 1957, a Espanha entra num espiral de crescimento económico, afirma-se como potencia ibérica, promove e dinamiza relações internacionais bem distintas de Portugal que, por seu turno, se sente ainda mais isolado, sobretudo após a comunicação do governo espanhol à ONU, em 1963, da sua “disposição descolonizadora”, situação que cavou uma profunda separação entre os dois países (Sardica, 2013: 209-210).

Não era por isso bem vinda a apresentação em televisão, de uma peça de um clássico espanhol que de forma cômica e provocatória se referia e agitava, de uma só vez, a independência de Portugal, a questão colonial, e os heróis da história nacional do Estado Novo.

### **Fontes e Bibliografia**

PT-TT-SNI DGE Processo N.º 18629

PT-TT-SNI DGE *Acta da Comissão de Censura de 1960-1968*

Lei n.º 2041 de 16 de Junho de 1950

Decreto-lei n.º 42660 de 20 de Novembro de 1959. 9.

Decreto-lei n.º 41051 de 1 de Abril de 1957, Artigo 1º.

Barreto, António (OEd.) (2000). *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Vol. II. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais

Cabrera, Ana (2013), “Censura e estratégias censurantes na sociedade contemporânea”, in Cabrera Ana (ed) *Censura Nunca Mais: Censura ao teatro e ao cinema no Estado Novo*, Lisboa: Alétheia Editores (coleção Media e Jornalismo)

Cabrera, Ana, (2010). “La censura como instrumento privilegiado del Estado Novo”, in *Escrituras Silenciadas: historia, memoria y procesos culturales*, Edición de Manuel Casado Arboniés, Alejandro Torre, Paulina Numhauser, Emilio Sola. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá

Cabrera, Ana (2008) "Censura ao Teatro e o fim da ditadura em Portugal". *Pluriel Revue des Cultures de Langue Portugaise*, n.º 2, Automne-hiver, 2008. <http://pluralpluriel.org>, ISSN : 1760-5504

Cabrera, Ana (2008) "A censura ao teatro no período marcelista", *Revista Media e Jornalismo*, n.º 12, Maio de 2008

Cabrera, Ana (2008). "Três cenários para a censura à imprensa em Portugal" in *A Censura em Cena - Teatro, Comunicação e Censura*, Cristina Costa (Org), S. Paulo: ECA

Molina, Tirso de (1579-1648), *Las quinas de Portugal*, edición de C. C. García Valdés  
[http://www.cervantesvirtual.com/obras/autor/98/Molina,%20Tirso%20de%20\(1579-1648\)/11](http://www.cervantesvirtual.com/obras/autor/98/Molina,%20Tirso%20de%20(1579-1648)/11) (acesso em 20 de Janeiro de 2012)

Roig, Adrien (1983) *Blasones y comédia: Las Quinas de Portugal, de Tirso de Molina*. AIH. Actas VIII.  
[http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/08/aih\\_08\\_2\\_063.pdf](http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/08/aih_08_2_063.pdf) (Acesso em 11 de janeiro de 2013)

Roig Adrien (2006), *El gracioso proteico de Las quinas de Portugal*  
<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12037290028941506321435/020364.pdf> (Acesso em 20 de Dezembro 2012)

Sardica, José Miguel (2013), *Ibéria Relações entre Portugal e Espanha no século XX*, Lisboa: Alêtheia Editores

Rosas, Fernando (1994). "O Estado Novo 1927-1974", J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal*, Vol. 7. Lisboa: Círculo dos Leitores.

Rosas, Fernando (1990). "O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958". In António Reis. (Ed.), *Portugal Contemporâneo (1958-74)*. Vol.5. Lisboa: Publicações Alfa.